

## PARANAPANEMA S.A.

Em Recuperação Judicial  
Companhia Aberta - CNPJ 60.398.369/0004-79 - NIRE 29.300.030.155

### ERRATA - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2022

Na publicação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2023, veiculado neste jornal no dia 18/03/2023:

onde se lê:

#### **Base para abstenção de opinião**

Conforme nota explicativa nº 1, em 13 de Dezembro de 2022, a Companhia ajuizou o pedido de recuperação judicial em conjunto com a controlada CDPC - Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda. e Paraibuna Agropecuária Ltda.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia incorreu em prejuízos de R\$ 2.701.084 mil e naquela data, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 2.905.316 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa nº 1, e o fato da Companhia ter ingressado no processo de recuperação judicial, indicam a existência de incertezas significativas que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

A reversão desta situação depende da homologação do plano de recuperação judicial. Considerando que o plano de recuperação, apresentado em 16 de Fevereiro de 2023, está sujeito a objeção pelos credores, e que havendo tal situação, será convocada uma assembleia geral de credores, não foi possível determinar, no estágio atual, qual será o desfecho desse assunto e seus impactos sobre as demonstrações financeiras, bem como concluímos se o pressuposto de continuidade operacional, base para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, é apropriado.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Marcelo Gavioli

leia-se

#### **Base para abstenção de opinião**

1. Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia ajuizou o pedido de recuperação judicial em conjunto com as controladas CDPC - Centro de Distribuição de Produtos de Cobre Ltda e Paraibuna Agropecuária Ltda. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia incorreu em prejuízos de R\$ 2.701.084 mil e, naquela data, o passivo circulante excedeu o ativo circulante em R\$ 2.905.317 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa nº 1, e o fato da Companhia ter ingressado no processo de recuperação judicial, indicam a existência de incertezas significativas que podem levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A reversão desta situação depende da aprovação do plano de recuperação judicial. Considerando que o plano de recuperação, apresentado em 16 de Fevereiro de 2023, está sujeito à aprovação pelos credores, não foi possível determinar, no estágio atual, qual será o desfecho desse assunto e seus possíveis impactos sobre as demonstrações financeiras, bem como concluímos se o pressuposto de continuidade operacional, base para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, é apropriado.

2. O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 apresenta na rubrica de imobilizado e intangível o montante de R\$ 1.103.262 mil. De acordo com o CPC 1 - Redução ao valor recuperável de ativos, existem indicadores de *impairment*, no entanto a Companhia não efetuou a avaliação do valor recuperável de suas Unidades Geradoras de Caixa. Se a Administração tivesse elaborado a análise do valor recuperável, certos elementos das demonstrações financeiras poderiam ser afetados de forma relevante. No entanto, foi impraticável para nós quantificar os efeitos dos possíveis ajustes.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
2SP-014428/O-6

Marcelo Gavioli  
Contador CRC 1SP201409/O-1

